RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o procedimento para comunicação eletrônica dos atos processuais a que se refere a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.088, de 25 de novembro de 2020, que “implanta projeto-piloto do ‘Juízo 100% Digital’ nas unidades judiciárias que especifica e dá outras providências”.

Art. 2º Realizada a opção pelo “Juízo 100% Digital”, prevista na Portaria Conjunta da Presidência nº 1.088, de 2020, fica autorizado ao juiz de direito determinar a citação, a notificação ou a intimação por qualquer meio eletrônico, nos termos dos arts. 193 e 246, V, do Código de Processo Civil - CPC.

§ 1º Inviabilizada a produção de meios de prova ou de outros atos processuais de forma virtual, a sua realização de modo presencial não impedirá a tramitação do processo no âmbito do “Juízo 100% Digital”.

§ 2º O “Juízo 100% Digital” poderá se valer também de serviços prestados presencialmente por outros órgãos do Tribunal de Justiça, como os de solução adequada de conflitos, de cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria dentre outros, desde que os atos processuais possam ser convertidos em eletrônicos.

Art. 3º No ato do ajuizamento da ação, ao optar pela adesão ao “Juízo 100% digital”, a parte e seu advogado deverão fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para a comunicação eletrônica por aplicativo de mensagens, número de telefone e correspondência eletrônica (e-mail), de modo a permitir que o juiz de direito determine a citação, a notificação e a intimação por meio eletrônico.

§ 1º A parte demandada poderá se opor à escolha de que trata o *caput* deste artigo até a sua primeira manifestação no processo.

§ 2º No ato da contestação, a parte demandada e seu advogado deverão fornecer endereço eletrônico e número de linha telefônica móvel celular para contato, na hipótese de não oferecer oposição ao procedimento do “Juízo 100% Digital”.

§ 3º É válida a citação, a notificação e a intimação feitas de forma eletrônica antes da oposição referida no § 1º deste artigo, desde que assegurado ter o destinatário do ato tomado conhecimento do seu conteúdo.

§ 4º Fica permitida a intimação e a notificação das testemunhas e terceiros interessados por meios eletrônicos, desde que fornecidos os dados pelas partes, e que seja possível aferir que o destinatário tomou conhecimento do ato.

§ 5º Nas hipóteses de, no ato de distribuição, não serem fornecidos os dados necessários para citação eletrônica da parte demandada ou, fornecidos os dados, não ser possível aferir se a parte demandada tomou conhecimento do seu conteúdo, a citação será realizada pelos meios tradicionais.

Art. 4º O cumprimento da citação, da notificação e da intimação por meio eletrônico será documentado por:

I - comprovante do envio e do recebimento da comunicação processual, com os respectivos dia e hora de ocorrência; ou

II - certidão detalhada de como o destinatário foi identificado e tomou conhecimento do teor da comunicação.

§ 1º O cumprimento das citações e das intimações por meio eletrônico poderá ser realizado pela secretaria da unidade judiciária ou pelos oficiais de justiça.

§ 2º Salvo ocultação, é vedado o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

Art. 5º É dever das partes a manutenção dos dados atualizados durante todo o processo, a fim de permitir a comunicação processual por meios eletrônicos.

Art. 6º Eventuais dúvidas ou omissões relacionadas ao assunto tratado nesta Portaria, deverão ser encaminhadas para a Corregedoria-Geral de Justiça.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2022.

(a) Desembargador AGOSTINHO GOMES DE AZEVEDO
Corregedor-Geral de Justiça

AVISO Nº 5/CGJ/2022

Avisa sobre a liberação do perfil *Jus Postulandi* no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe aos cartórios extrajudiciais do Estado de Minas Gerais e a descontinuidade do Sistema PROJUDI na Vara de Registros Públicos da Capital.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial, altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013, “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO que o Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355, de 18 de abril de 2018, “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO o Projeto de “Processo Eletrônico TJMG”, inserido no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, que prevê modernizar a administração da Justiça Mineira com a utilização dos recursos disponíveis da tecnologia da informação, por meio da implantação do processo eletrônico na Primeira e na Segunda Instâncias;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0121452-13.2018.8.13.0000,

AVISA aos notários e registradores, aos juízes de direito, aos servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, bem como a quem mais possa interessar que:

I - o perfil *Jus Postulandi* será liberado no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe para utilização pelos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Minas Gerais;

II - para acesso ao perfil *Jus Postulandi* será necessário possuir certificado digital e realizar o autocadastramento no Sistema PJe;

III - caberão aos cartórios extrajudiciais realizarem a distribuição diretamente no Sistema PJe, nos procedimentos referentes às classes processuais de Dúvida (100), Averiguação de Paternidade (123), Retificação de Registro de Imóvel (1683), Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil (1682), a partir do dia 21 de fevereiro de 2022;

IV - na mesma data prevista no inciso III será descontinuado o Sistema PROJUDI, para fins de distribuição de novos processos à Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte;

V - o acesso aos autos eletrônicos para fins de cumprimento de mandados averbação, em caso de dúvidas, conferência de dados, complementação de dados faltantes e/ou correção de informações, poderá ser solicitado mediante peticionamento nos autos eletrônicos com a devida fundamentação, que será apreciada pelo(a) magistrado(a);

VI - será disponibilizada cartilha, no site do TJMG, no endereço eletrônico <https://www.tjmg.jus.br/pje-civel/acesse-as-cartilhas-e-manuais-do-pje-civel.htm>, com as orientações quanto à utilização do perfil *Jus Postulandi* no Sistema PJe.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2022.

(a) Desembargador AGOSTINHO GOMES DE AZEVEDO
Corregedor-Geral de Justiça

AVISO Nº 6/CGJ/2022

Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;